

Desenvolvimento e polÃ-ticas sociais

16-Feb-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da GraÃ§a M. Pinto Â

Â

A imprensa regional tem feito eco de depoimentos em torno do PIDAC, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da AdministraÃ§Ã£o Central. Dirigentes distritais do partido no poder e da oposiÃ§Ã£o de direita desdobram-se em declaraÃ§Ãµes sobre o significado das verbas atribuÃ-das. O PSD desvalorizou o impacto da magra fatia inscrita para o distrito de Viseu, No PSD, Fernando Ruas apelidou-o de programa virtual, ao passo que Almeida Henriques enfatizou a discriminaÃ§Ã£o do distrito. HÃ©lder do Amaral, por seu turno, afirmou que tudo nÃ£o passa de fumaÃ§a, de pretexto para tempo de antena!Â

Mas se Ã© certo que as verbas atribuÃ-das aos distritos do interior conheceram uma drÃ-astica diminuiÃ§Ã£o, a verdade Ã© que o PIDAC, sÃ³ por si, nÃ£o resolve o problema das assimetrias regionais e das desigualdades sociais decorrentes das polÃ-ticas neoliberais do poder central que se tÃ³m traduzido num verdadeiro interioricÃ-dio.

Neste contexto, assume particular relevÃ¢ncia a adopÃ§Ã£o de medidas de carÃ¡cter social que respondam ao agravamento das condiÃ§Ãµes de vida de sectores mais fragilizados da populaÃ§Ã£o.

Â

Face Ã crescente desertificaÃ§Ã£o e envelhecimento da populaÃ§Ã£o, e consequente procura de admissÃ£o a equipamentos sociais, deveria o Estado responder com medidas tendentes a assegurar o acesso a uma protecÃ§Ã£o social que garantissem a equidade e a justiÃ§a social!Â Â

Â Mas a realidade Ã© outra! O peso da resposta pÃ³blica no conjunto de equipamentos sociais Ã© manifestamente residual, e a esmagadora maioria das novas respostas sociais sÃ£o desenvolvidas por instituiÃ§Ãµes da rede solidÃ¡ria. Esta transferÃ¢ncia da responsabilidade do Estado nas Ã¡reas sociais para as instituiÃ§Ãµes particulares, afecta sobretudo os cidadÃ³es mais vulnerÃ¡veis que deveriam ser os principais beneficiÃ¡rios destes equipamentos.

Na semana passada ocorreu, no concelho de Viseu, um episÃ³dio dramÃ¡tico que nos convoca a uma reflexÃ£o sobre esta problemÃ¡tica.

Uma mulher de 82 anos, que sofria da doenÃ§a de Alzheimer, morreu, em sua casa, em Corvos Ã Nogueira, concelho de Viseu, vÃ-tima de um incÃºndio cujas causas, tanto quanto sabemos, nÃ£o foram, determinadas. Morreu, como viveu, sozinha, como tantos outros idosos!Â

O Comandante dos bombeiros municipais, visivelmente perturbado, manifestou a sua estranheza perante o facto de alguÃ©m, naquelas condiÃ§Ãµes, viver sozinho.Â

NÃ£o temos conhecimento das circunstÃ¢ncias concretas que rodearam este trÃágico acidente, mas conhecemos os contornos gerais da realidade que empurra muitos idosos para situaÃ§Ãµes de risco.

As alteraÃ§Ãµes no tecido social e familiar, a desertificaÃ§Ã£o do interior e a crescente pressÃ£o laboral que pesa sobre os trabalhadores, chamados, mais uma vez, a pagar a factura da crise, coloca muitas

famÃ-lias perante a impossibilidade de assegurarem um apoio eficaz aos seus idosos. Esta nova realidade convoca o poder central e o autÃ¡rquico a assumirem umaÂ responsabilidade acrescida no apoio a este sector da populaÃ§Ã£o.

Acontecimentos dramÃ¡ticos como este vÃm acrescentar razÃµes Ã nossa razÃ£o. Ã‰ imperativo assegurar a justiÃ§a social no acesso a diversos equipamentos. Esta garantia de acesso, em funÃ§Ã£o de princÃ-pios de direito social e de critÃ©rios de necessidade, deve constituir o pilar de uma polÃtica pÃblica de protecÃ§Ã£o social e de apoio aos mais fragilizados.

Aconteceu hÃj dias, mesmo aqui ao lado. Podia ter sido em qualquer outro lugar do paÃs!

Maria da GraÃ§a Marques Pinto